

SESSÕES DO PLENÁRIO

95ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de novembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Marcelino Galo Lula, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado José de Arimateia comunicando que, por visitar no Rio de Janeiro, como Presidente Parlamentar da Frente em Defesa da Saúde, o Departamento de Geriatria e Gerontologia do Hospital Municipal Barata Ribeiro e a Fundação Oswaldo Cruz, esteve ausente nas Sessões dos dias 21 e 22/10/2019.

Do Deputado Marcell Moraes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 21, 22 e 23/10/2019.

Do Deputado Rogério Andrade Filho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 25/9/2019.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, existem missões que não gostaríamos que nos coubessem. E esta missão não é uma missão minha, coube a mim, mas tenho certeza de que falo em nome da Casa. Falo notadamente em nome da deputada Fabíola Mansur para comunicar o passamento de alguém que quando chegamos nesta Casa, deputada Maria del Carmen, em 1º de fevereiro de 1995, já encontramos: o saudoso amigo Coutinho, José Antônio Luz Coutinho, que era carinhosamente tratado por todos nós simplesmente como Coutinho. Ele, à época, era diretor das comissões temáticas desta Casa. No dia 13 passado faleceu e foi sepultado no dia 14 deste.

Quero dizer, deputada Fabíola Mansur, em meu nome pessoal, que Coutinho contribuiu muito com esta Casa e com o serviço público. Mas contribuiu muito com aquele que aqui chegou jovem deputado, em 1995. Dele precisei e nunca se recusou a trazer as orientações e, inclusive, os aconselhamentos, no momento em que ele fez a diretoria das comissões estar mais perto dos deputados estaduais e aparecer mais nesta Casa.

Fazendo essa comunicação de pesar, gostaria de solicitar de V. Ex.^a que, através da Assembleia, fizesse chegar à família enlutada moção de pesar, não em meu nome, não em nome da deputada Fabíola Mansur, mas em nome da Mesa Diretora do conjunto dos deputados desta Casa.

Para encerrar minha fala, solicito de V. Ex.^a que prestemos, embora tardiamente, uma homenagem ao grande Coutinho, que não morreu, porque pessoas que vivem como Coutinho nunca morrem, pois vão estar sempre presentes nos nossos corações, nas nossas almas.

Por isso, solicito de V. Ex.^a 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma ao grande Coutinho.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Targino Machado.

Peço que se conte o tempo, 1 minuto de silêncio.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

Coutinho vive!

Deputado Targino Machado, farei chegar à Mesa Diretora a solicitação de V. Ex.^a, para que esta Casa faça uma moção de pesar encaminhada à família de Coutinho, falando da nossa tristeza pelo passamento do admirável servidor desta Casa.

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das sessões especiais: 74ª e 75ª e da sessão ordinária 93ª, realizadas, respectivamente, em 4, 6 e 11 de novembro de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente.

Com a palavra a primeira oradora inscrita do Pequeno Expediente, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidente, boa tarde. Caros colegas, membros das Galerias, imprensa. Faço minhas as palavras do deputado Targino Machado nesta homenagem desta Casa, homenagem póstuma a Coutinho que relevantes serviços prestou a esta Casa. Ao tempo em que prestamos solidariedade à sua família por essa perda.

Hoje, o que me traz aqui, deputada Maria del Carmen, é para falar da nossa querida Cachoeira. Estivemos, no fim de semana, nesta que é uma das maiores celebrações culturais, chamada Festa de Nossa Senhora D'Ajuda. Essa festa tem a sua parte sagrada, mas também tem grande movimentação cultural, com os embalos da Festa D'Ajuda, que reúne, numa das maiores manifestações de rua, pessoas de todo Recôncavo, junto com o cachoeirano e a cachoeirana que, em suas fantasias, se associam aos mandus e às cabeçorras. Por conta disso, é uma festa que é patrimônio imaterial e cultural do estado da Bahia e diz-se que é uma das precursoras dos carnavais de rua. Lá, os amigos e amigas se encontram. Também tivemos o apoio do IPAC, e aqui agradeço ao governo do estado e ao nosso superintendente João Carlos.

Depois de dizer o quão é bom participar de manifestações culturais daquela cidade, vou me referir à grata realização e alegria de poder entregar à Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira – uma das mais antigas do país, deputada Maria del Carmen, V. Ex.^a que, como eu, defende a sobrevivência dos hospitais filantrópicos e santas casas –, através de uma emenda parlamentar de nosso mandato, equipamentos para a montagem de um centro cirúrgico, deputado Targino, totalmente novo, que vai possibilitar mais acesso a cirurgias eletivas, com maior segurança.

Importante dizer que a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, deputado Marcelino Galo, vem sendo surpreendentemente perseguida pelo prefeito do município, um homem que não tem compromisso com a saúde. Se tivesse, estaria ajudando aquela Santa Casa; não estaria boicotando os seus serviços. Por exemplo, logo que tomou posse, cancelou um convênio municipal de R\$ 40 mil com a Santa Casa. Isso estando ele e o seu secretário envolvidos em atos de improbidade administrativa já reconhecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, que lhes impôs uma multa, cujo processo ainda tramita no Ministério Público Estadual.

Mas a esta deputada não cabe julgar; deixamos isso para a Justiça. Entretanto, ao povo e a uma deputada que tem compromisso com a saúde de Cachoeira, cabe, sim, denunciar essa perseguição.

Por outro lado, temos de felicitar o nosso governador Rui Costa e o secretário Fábio Vilas-Boas por compreenderem a importância de hospitais filantrópicos na rede de atendimento à saúde pelo SUS, que precisa ser hierarquizada. Trata-se de um hospital 100% SUS que vai da atenção primária – prestada pelos municípios – a

procedimentos de média e alta complexidades, nas cirurgias eletivas e na área de emergência e urgência.

Veja que esse hospital, deputada Olívia Santana – V. Ex.^a que também milita lá –, é o único de Cachoeira. Esse hospital é abraçado pela população daquela cidade, que eu quero saudar. Estaremos sempre presentes, ajudando a Santa Casa com emendas e também com a força do nosso mandato, que é dedicado à saúde.

Queria aproveitar e convidar V. Ex.^{as} para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma sessão conjunta, amanhã, na qual vamos falar do impacto desse vazamento de óleo na saúde dos trabalhadores, de pescadores e marisqueiras, e também das orientações que devem ser dadas a eles. É um tema importante que esta Casa debaterá com a Sesab, com a Bahia Pesca, com a Secretaria do Meio Ambiente, buscando visibilizar, deputado Zé Cocá, essas orientações para os municípios afetados, orientações que já existem na nossa Sesab.

Por fim, quero convidar a todos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para a 23ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que será aqui em Salvador e terá a sua abertura quarta-feira à noite. Ao convidar a todos que tenham se inscrito, informo que esperamos eleger, na sexta-feira, a deputada Ivana Bastos como a próxima presidente da Unale.

Obrigada pela sua tolerância, deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputada Maria del Carmen, deputadas, deputados, senhores da imprensa, Sr.^{as} e Srs. Servidores desta Casa, aqueles que nos veem pela *TV ALBA*, senhoras e senhores, tivemos a honra de receber na quinta-feira, aqui na Bahia, o presidente Lula, quando ele fez o seu segundo pronunciamento depois da sua soltura.

Com certeza, não é ainda a liberdade plena, por isso deveremos seguir lutando com muita determinação para que ele tenha garantida a sua liberdade, com plenos direitos, no sentido de que possa voltar a participar da política institucional como candidato.

Mas não foram somente os baianos que tiveram a alegria de receber o presidente Lula, já que no último domingo aconteceu em Recife o Festival Lula Livre, com Lula livre. Ali, mais de 250 mil homens e mulheres prestaram a homenagem necessária ao grande líder popular, talvez uma das maiores lideranças políticas do mundo na atualidade. Não sei qual liderança política seria capaz de mobilizar o povo como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao mesmo tempo, a América Latina, que é o centro da luta de classes do mundo, é incendiada, é destruída – no sentido de transformá-la num Oriente Médio – pela ganância de um capitalismo sem limite e sem controle.

Vemos o que acontece na Bolívia, agora, com um decreto, deputada Olívia, que incorpora o excludente de ilicitude. Não sei se V. Ex.^a observou, mas é justamente o que está no pacote anticrime do ministro Sérgio Moro, que permite matar sem nenhuma criminalização. Ou seja, é a autorização para matar o seu próprio povo.

No caso da Bolívia, esse decreto autoriza a polícia e o Exército a matar. E destaquemos que aquele país tem um dos racismos mais cruéis do mundo contra os seus povos originários, contra a população indígena. E agora, via esse decreto da ditadura, os órgãos de segurança estão sendo autorizados a matar o seu próprio povo.

E aí vemos a semelhança com o que foi incluído aqui pelo ministro Sérgio Moro, no pacote anticrime, para matar aqueles de sempre, que sempre foram mortos ou levados ao sistema penitenciário, a maioria da população pobre e negra, que apodrece nos cárceres deste país, e que agora também, com esse processo, vai morrer muito mais, porque é o país do mundo em que mais morrem jovens vítimas de homicídios e vítimas também do assassinato feito pelo sistema político, porque não têm mais nenhuma perspectiva.

E não se iludam! Isso é um processo que ocorre no mundo todo e vai continuar, porque a matriz geradora da falta de perspectiva para a juventude... e explode ali a juventude...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com muita força, buscando os seus direitos.

Então, essa é uma situação que vive esse período histórico, que nós temos que prestar atenção e dar conta, porque a elite política está sendo desconsiderada. É uma manifestação antissistema. E aí é uma coisa muito grave...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque essa juventude não acredita em mais nada e vai partir, explodindo, dessa forma, no mundo todo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, jornalistas, eu quero inicialmente saudar todas e todos, dizer da minha saudade deste plenário, de estar aqui colaborando, contribuindo com debates sobre pautas que são importantes para a nossa Bahia, o nosso Brasil.

E quero aqui, portanto, dizer que, neste momento, eu subo a tribuna para inicialmente fazer um grande agradecimento, parabenizar o Fundo de Populações das Nações Unidas, a Sr.^a Natália Kanem que é secretária adjunta da ONU, das Nações Unidas, e a secretária-geral do UNFPA pelo brilhantismo dessa cumbre, essa Conferência que aconteceu em Nairóbi; a CIPD 25, que é a Conferência Internacional de Populações e Desenvolvimento, que abordou como tema central a necessidades de os governos, de os países presentes e todos os países que são estados, que fazem parte das Nações Unidas, adotarem medidas para acelerar as metas que foram tiradas há 25

anos, as metas de igualdade de gênero, as metas que igualam homens e mulheres no mundo inteiro.

(...) E eu quero dizer que o centro principal do debate dessa conferência foi, exatamente, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Quero aqui fazer um apelo à razão, à inteligência, ao combate às *fake news* sobre a conferência. Dizer que no momento em que a ONU convoca uma pauta política tão importante, que são os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, uma conferência que reuniu 9.500 delegados e delegadas, 170 países. Esta pauta diz respeito, principalmente, a necessidade de garantir a vida digna e segura das mulheres.

Um dos principais objetivos foi a redução da mortalidade materna que ainda persiste em pleno século XXI, mulheres que morrem de mortes evitáveis. Para vocês terem uma ideia, nós temos em média, 830 mulheres que morrem no mundo inteiro por causas que poderiam ser evitadas. Mulheres que morrem de parto, por exemplo, por causa de hipertensão, porque não fizeram o pré-natal adequado. Isso diz respeito ao Brasil! No Brasil, cinco mulheres morrem por dia ainda no parto, por causa das condições inadequadas. Isso se chama direitos sexuais e reprodutivos.

Direito sexual e reprodutivo diz respeito também a uma luta, que é mundial, pelo fim da mutilação genital de mulheres e de meninas. Duzentos milhões de mulheres e meninas ainda sofrem com a mutilação genital na África, na Ásia e em alguns lugares da América Latina. Esse assunto precisa sair debaixo do tapete. Nós precisamos entender que esta é uma pauta de civilização, é uma pauta de evolução das relações sociais, de efetivação de direitos entre homens e mulheres.

Digo isso porque, infelizmente, lamentavelmente, grupos sectários, fundamentalistas atacaram a conferência, dizendo que essa pauta de direitos sexuais e reprodutivos é pauta que favorece à homossexualidade, é pauta que favorece ao aborto como método contraceptivo. Ilações, mentiras, inverdades...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que não nos ajudam, que só puxam essa agenda para trás.

Portanto, eu quero dizer que fico muito feliz de ter tido, entre os 9.500 delegados e delegadas, a oportunidade de compor uma Mesa, de participar, de contribuir na condição de presidente da Comissão da Mulher desta Assembleia Legislativa.

Portanto, quero, presidente, agradecer, presidente Tiago, por essa oportunidade que me foi dada pela UFBA e dizer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que nós nos somamos a esse esforço global que mobilizou 1 bilhão e 200 milhões para serem investidos nessa agenda da igualdade. Parece muito, mas ainda é pouco para o longo caminho que nós temos a cumprir, a trilhar, para chegarmos em 2030 em uma situação diferente da situação que nós temos agora. Uma situação de avanço. Por isso, eu convido, convoco – finalizo dizendo isso –, os 63 deputados e deputadas desta Casa que se somem a esse esforço no caminho da igualdade, de adoção das políticas públicas, de indicações, de propostas legislativas. Eu vou encaminhar para todos os gabinetes o relatório dessa conferência para que deputados e deputadas, deputado Robinson, possam ter conhecimento e trilhar, pautar os seus mandatos também nesses objetivos do milênio.

Muito obrigada pela sua tolerância, presidente Tiago.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Nós que agradecemos, deputada, e parabenizamos pelo trabalho de excelência que a senhora vem fazendo nesse sentido. Inclusive, quero também lembrar que hoje é o dia dos conselheiros tutelares, que fazem um trabalho muito importante frente aos jovens e crianças, principalmente em situação de risco e vulnerabilidade.

Então, os parabéns a todos os conselheiros tutelares.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Robinson Almeida Lula): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais de imprensa que nos acompanham na tarde de hoje, esse mês de novembro é dedicado ao Mês da Consciência Negra. É um período em que nós temos que dar foco, temos que dar visibilidade à situação de desigualdade que existe no nosso país e que atinge fundamentalmente a população negra.

E, entre tantas notícias negativas que nós estamos aí acompanhando, como a concentração de riqueza, a desigualdade salarial entre homens brancos e homens negros, mulheres brancas e mulheres negras exercendo as mesmas funções e tendo uma remuneração muito inferior, temos uma notícia positiva, alentadora a comemorar. É que, pela primeira vez na história do país, negros e negras são maioria nas universidades públicas brasileiras. E essa é uma questão fundamental para a gente criar as condições de reparação e promoção de igualdade, porque o acesso ao conhecimento significa mais oportunidade para conseguir mercado de trabalho, para seguir carreiras profissionais.

E isso não veio do céu, Sr. Presidente. Foi a política de cotas instituída nesse país pelo presidente Lula; foram programas de inclusão e acesso ao ensino superior, como o Fies, o Prouni, o Sisu, que democratizaram o acesso à universidade brasileira; foi a construção de 18 novas universidades federais e 172 campi universitários, que possibilitou que a gente vivesse esse momento, essa modificação no perfil de composição social e econômica da universidade pública brasileira.

Nós demos um passo importante, e essa ameaça hoje sobre as universidades, agora de forma objetiva, é uma ameaça sobre a inclusão dos negros no ensino superior, porque a maioria das universidades é formada por esse segmento. E defender a universidade pública e gratuita é defender reparação e igualdade racial no Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero aqui também homenagear a *TV Aratu* que retransmite o *SBT* na Bahia pela passagem dos seus 50 anos. É um veículo de grande importância para o nosso estado, que tem uma trajetória muito ligada à democracia, à participação de forma plural da informação, do conteúdo e tem na sua história um registro muito importante dos nossos tempos. Para quem não sabe, a *TV Aratu* retransmitia aqui a Rede Globo na Bahia, e isso foi retirado à força pelo então governante da época Antônio Carlos Magalhães. Ministro das Comunicações, ele participou de uma negociata envolvendo a NEC e, bloqueando os recursos que a NEC tinha de direito, ele foi levando ao estrangulamento da empresa para ela ser vendida na

bacia das almas a Roberto Marinho. Praticamente tomou a NEC de Mário Garnero e, logo depois da venda acionária da NEC, Antonio Carlos Magalhães fez o pagamento devido ao novo dono, Roberto Marinho.

Como presente, recebeu aqui a concessão para retransmitir a *Globo* com uma TV construída e fundada por ele, a *TV Bahia*, a qual botou em nome de amigos e familiares e construiu todo o seu patrimônio dessa forma. Essa é a história recente, contemporânea das comunicações baianas, e a *TV Aratu* é vítima desse golpe, dessa manipulação feita pelo governante de então, deputado Jacó, o Antonio Carlos Magalhães. Tem muita gente que posa de democrata hoje, que posa de honesto, mas tem no DNA da sua tradição política esse tipo de conduta e comportamento de beijar...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) a sola dos militares para obter vantagens políticas e financeiras e construir um patrimônio hoje muito significativo, que deixou herdeiros políticos e também herdeiros financeiros.

Por isso, eu quero prestar homenagem à *TV Aratu* e dizer que, nesses 50 anos, nós temos muito a comemorar e desejar vida longa a essa empresa que é um marco na comunicação baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Obrigado, deputado.

Convido a fazer uso da palavra o deputado Capitão Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Senhoras e senhores, deputados e deputadas, é interessante nós ouvirmos aqui o discurso da nossa amiga deputada Olívia Santana a respeito do que acontece e tem acontecido não somente no continente africano, mas em vários países do mundo, no que diz respeito a torturas físicas e até psicológicas de mulheres, principalmente aquelas que são condenadas em função de certas culturas ou certas crenças que acreditam serem elas menores, serem elas submissas e outras tantas opiniões.

Mas é interessante que, infelizmente, mesmo sendo do partido PSOL, o deputado federal David Miranda parece ir na contramão do que foi dito aqui, porque ele, inclusive, assumiu o mandato, depois da renúncia do ex-deputado Jean Wyllys, e criticou publicamente a ministra Damare Alves, porque ela luta contra o ritual de infanticídio praticado por indígenas.

Então, o deputado David Miranda simplesmente aceita, acha que é normal, que é razoável defender o infanticídio de crianças indígenas. Até hoje, em pleno século XXI, várias tribos indígenas adoram, em função das suas culturas, enterrar crianças vivas.

Então, a gente reclama, fala tanto de outros países e de outros países do continente africano. No entanto, quando essas mesmas práticas ou piores acontecem no Brasil, infelizmente, o PSOL e outras pessoas deste partido e outros defendem essa prática abominável.

Então, vamos ter coerência com relação àquilo que nós falamos aqui. Não vamos defender, somente, os direitos humanos em outros países. Muitos fatores ocorrem no Brasil, inclusive, na Bahia, e não são vistos por nossos parlamentares.

Há o segundo assunto que me traz à tribuna. Hoje, na sala da Presidência, juntamente com a Associação Força Invicta (Associação dos Oficiais Militares Estaduais da Bahia) nas pessoas do major Copérnico e o sargento Roque, acompanhado da soldada Alaíce, vice-presidente da APPM, aconteceu uma reunião quando nós levamos, para o presidente da Assembleia Legislativa, algumas considerações e alguns receios, que a tropa tem hoje, principalmente, no que diz respeito à chamada reforma da previdência, no nosso caso específico, o sistema de proteção social.

Segundo o sistema de proteção social, a ser aprovado em Brasília, ele atinge, diretamente, os direitos dos policiais militares e bombeiros militares na Bahia, considerando que a reforma da Previdência, no texto, como vem, ele confronta, em alguns aspectos, o previsto no Estatuto da PM.

Então, com a reforma da Previdência, se o estado da Bahia não atualizar o seu Estatuto alterando o texto hoje previsto, os policiais militares e bombeiros militares poderão, na reserva remunerada, perder até 40% dos seus proventos que ele teria na inatividade em decorrência da falta de ajuste do texto do nosso estado, do nosso estatuto e o PL n.º 4.615, que se encontra hoje para ser votado em Brasília.

Então, o nosso pleito, junto ao presidente Nelson Leal, é no sentido de que ele leve esta demanda para o governador do Estado, a fim de o governador encaminhar um projeto de lei com a alteração.

E, aí, eu faço um apelo, mais uma vez, aos Líderes da Maioria e da Minoria, deputado Rosemberg e deputado Targino, para, tão logo a chegada desse projeto a esta Casa, nós possamos aplicar, a este projeto, a dispensa de formalidade para este projeto ser aprovado o quanto antes.

Esse projeto tem de ser aprovado ainda neste ano. Se for aprovado após a edição do PL n.º 4.615, isso vai retirar do governador a legitimidade, a autoridade e a competência para legislar sobre projeto de lei que verse sobre a inatividade.

(O Sr. Presidente soa as campanhas.)

Por isso, temos de fazer a votação antes da aprovação da lei federal, porque, senão, o governador perde a competência.

Então, a gente solicita ao governador ler com carinho, ser sensível a este documento que nos foi entregue hoje para ele ter a possibilidade de reverter ou minimizar os quadros de injustiça com os salários da Polícia Militar e Bombeiros Militar.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido, para fazer uso da palavra, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULADA SILVA: Sr. Presidente Tiago Correia, colegas deputados, pessoal da tribuna, da imprensa, do cafezinho, da TV ALBA, é uma alegria e é uma satisfação estar repassando mais uma agenda sebo nas canelas deste final de semana.

Na sexta-feira, eu estive no município de Paratinga e participei de uma reunião com os pescadores e agricultores familiares daquele município, acompanhado do Dr.

Yulo Oiticica, ex-deputado desta Casa e atual superintendente de Políticas Territoriais e Reforma Agrária. Quero agradecer ao companheiro vereador e grande liderança, companheiro Marcelinho, a Ivonete e a todo o povo daquela terra.

Também, estive na Comunidade Quilombola de Monte Vidinha no município do Santa Maria da Vitória, acompanhado de lideranças como o companheiro e ex-vereador Pequeno. Também, esteve presente o presidente da associação, o companheiro Edson. E eu tive a oportunidade de conhecer aquela comunidade quilombola, ali, naquele município, uma comunidade importante, conhecendo a realidade do nosso povo, dialogando e levando uma palavra sobre a conjuntura política que nós estamos vivendo.

Em seguida, eu visitei a cidade de Santa Maria. Estive lá com o grande líder, o companheiro, Dr. Lino, uma liderança política importante do meu partido na cidade de Santa Maria da Vitória que, com certeza, ainda vai fazer muito pelo povo daquela terra. Parabéns, Dr. Lino, pelo seu trabalho. Estamos juntos nesta caminhada.

Em seguida, eu fui a Canápolis. Visitei duas comunidades, a região de Morro Guará. Quero agradecer ao companheiro Domingos, essa grande liderança, ex-prefeito, agradecer a acolhida a todo o povo daquela terra.

Agora, deputado Targino, há uma coisa que eu vi durante todas essas visitas. Trata-se da espera pela chuva. Pensa num calor que está fazendo naquela região, um calor intenso. E as pessoas ficam olhando para o céu num desejo, esperando que a chuva abençoada possa cair para molhar a terra, para as pessoas poderem plantar, para as aguadas se encherem, para a vida voltar com muita força àquela região que fica ali na divisa entre o Cerrado e a Caatinga. Então, eu queria dizer da minha alegria e da minha satisfação de ter tido a satisfação de conhecer esse povo dessa terra boa.

Mas, também, queria dizer, para o povo da Bahia, deputado Robinson Almeida, da alegria do nosso povo. O povo da Bahia está em alegria. O nosso líder maior, o presidente Lula, finalmente, foi solto. Ele está no nosso meio de onde não deveria ter saído.

Presidente Lula, quero lhe dizer que o povo da Bahia e do interior estão extasiados e estão em festa. Eles estão emocionados, porque sabem da sua liberdade, sabem do seu compromisso e da sua importância para a nossa vida e para o povo do Nordeste!

Quero dizer ao povo da Bahia que o presidente Lula mandou agradecer todo o carinho, todas as orações, todo o apoio espiritual, porque foi essa força e esse amor do povo do Brasil que sustentaram aquele senhor de 74 anos de idade durante 580 dias na prisão.

O presidente Lula é o nosso líder, deputado Robinson. E ele deu a linha, reafirmou a sua inocência, denunciou o golpe da Lava Jato. O Sr. Moro agiu de forma ilegal, ele agiu infringindo a lei, rasgando a Constituição, apoiado pelo Sr. Dallagnol, apoiado pelo setor do Judiciário e pela mídia que julgaram, condenaram e botaram Lula na cadeia. Eles fizeram isso, porque Lula iria ganhar as eleições passadas. E ele denunciou isso para todos nós.

Por que ele foi solto só agora? Por que, no processo eleitoral, ele nunca pôde ter dado entrevista? Porque, neste país, nós estamos vivendo com um governo ilegítimo,

com um governo que ganhou uma disputa de forma ilegal e de forma manipulada pelo Poder Judiciário.

Agora, nós exigimos não mais Lula livre, mas Lula livre é Lula inocente!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Este processo tem de ser anulado! Esta canalhice tem de ser anulada!

Desejo ao Supremo anular este processo e reconhecer a suspeição daquele que condenou Lula e se tornou ministro da Justiça, para este país voltar à normalidade democrática e o povo deste país viver em paz e sonhar com um país cada vez melhor.

Lula livre é Lula inocente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Convido, para fazer uso da palavra, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Funcionários, senhores da imprensa, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, interessante ver desfilar, por esta tribuna, os deputados que, apesar de serem deputados estaduais, não voltam os seus olhos para a Bahia. Eles esquecem a situação de caos da saúde pública com fila infame, fila da morte, a regulação; os índices de educação e de segurança pública que afligem toda a sociedade.

Enquanto eles se preocupam com o governo federal, possuidor de deputados federais em número de 513 para pugnar e para defender os interesses dos brasileiros e do Brasil, os deputados estaduais, aqui, ficam, somente, com os olhos voltados para Brasília. Enquanto isso, a gestão fiscal do estado da Bahia está em estado pré-falimentar. Isso acontece quando o percentual das despesas correntes de 95%, em relação às receitas correntes, é alcançado.

Isto é fato. O comprometimento das receitas líquidas do estado já ultrapassou o percentual de 95% chegando a 96,2%. Isso acontece na Bahia e em mais 12 estados do Brasil. Esse dado demonstra, de forma inequívoca, o desequilíbrio das contas do estado da Bahia, embora o governador Rui Costa grite, em alto e bom tom, que “a Bahia vai bem, obrigado”, somente aos olhos dele.

Quando, em qualquer economia, mesmo que seja a nossa economia doméstica, as despesas obrigatórias, aquelas que muitos chamam de custo fixo, alcançam um percentual dessa ordem, 95% das receitas, o sinal vermelho precisa ser aceso.

Por isso a Bahia, o estado da Bahia recebeu, e eles não gostam de que se fale, recebeu do Tesouro Nacional a letra C. Eles não gostam de que se fale, deputado Capitão Alden, mas essa letra C não é de Capitão, essa letra C é de mau pagador, de caloteiro. C de caloteiro! A letra C do Capag, que é a Capacidade de Pagamento, é fato. E ficou o estado impedido de receber garantias da União para empréstimos. Vejam bem, o estado já não encaminhou mais pedidos de empréstimos para esta Casa porque o governo federal não vai apor a sua assinatura, as suas garantias.

Ou o governador faz o dever de casa, diminuindo o número de cargos de confiança, por exemplo, ou ficará impedido de: conceder reajuste aos servidores – disso o governador vai gostar, de ficar impedido de conceder reajuste, porque isso ele já faz...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

...há 6 anos; realizar concurso público – ele também não gosta de fazer concurso público; promover servidores – ele também não gosta de promover servidores. Então, a mosca caiu no mel para o governador! A letra C está fazendo muito mal à Bahia, mas muito bem ao Sr. Governador.

Não há, Srs. da Imprensa, outra nomenclatura melhor...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para definir a situação a que o governador Rui Costa levou o estado da Bahia que “estado pré-falimentar”. Essa é a situação da Bahia, infelizmente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pela ordem o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Gostaria de que V. Ex.^a verificasse, nas condições regimentais, a existência de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, que possa V. Ex.^a...

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente, deputado Targino, Robinson, se for possível, gostaria de que no acordo estendesse mais...

O Sr. Targino Machado: Já foi pedido.

O Sr. Adolfo Menezes: Já foi pedido? O.K. Obrigado.

O Sr. Targino Machado: Era isso que eu queria chamar a atenção, Sr. Presidente. É que, na forma regimental, faz-se necessário que se zere o painel, abra-se o tempo de 15 minutos, e que V. Ex.^a possa convocar os Srs. Deputados que se encontrem presentes aqui ou acolá nesta Casa a se fazerem presentes ao plenário para se garantir um quórum de continuidade a esta sessão.

Aproveito a oportunidade para chamar a atenção de V. Ex.^a que o Capitão Alden já acenou ali, se inscrevendo para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Antes de deferir o pleito de V. Ex.^{as}, tanto do deputado Robinson quanto do deputado Targino, o deputado Adolfo Menezes tinha feito aqui um despacho auricular e tinha pedido a palavra. Ele ia propor ao Líder da Minoria a extensão do Pequeno Expediente, porque ainda tem três deputados inscritos. aqui, tem Alan, Adolfo e Tiago.

O Sr. Targino Machado: Excelência, inscreva-o nesses 5 min, aí, da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Então está mantido o pedido de quórum.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Pois não.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presidente, o tempo necessário para a convocação dos deputados para a verificação de quórum, pode ser utilizado pelos parlamentares que queiram fazer agora o uso...

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Então, está mantido o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Robinson Almeida, eu peço que zerem o painel, abram os 15 min regimentais e gostaria de convidar todos os deputados que

estão nesta Casa Legislativa, nos seus gabinetes e corredores, no cafezinho, a se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum do deputado Robinson Almeida e nós aguardamos os deputados para que possam dar suas presenças.

Há um pedido de ordem do deputado Adolfo Menezes, Robinson. Oh! Alan, que Robinson. Pronto. Robinson, depois Alan.

Com a palavra, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputado Paulo Câmara, de tantas coisas absurdas e erradas neste país e aqui na Bahia, eu trago mais uma gravíssima: na minha região, no meu município principal, Campo Formoso, por fazer divisa, por estar junto do maior polo fruticultor do Brasil, que é Juazeiro e Petrolina, inclusive faz divisa, é natural que as pessoas, vendo o desenvolvimento daquela região, passem, deputado Paulo Câmara, a também irrigar, quem tinha uma tarefa, um hectare..., Resumindo, hoje, milhares de pessoas em Campo Formoso..., uma coisa que é recente, nós temos terras de primeira, Campo Formoso tem dois climas. Campo Formoso, deputado Tiago, V. Ex.^a que entende muito de terra, tem muita, geólogo e latifundiário, Campo Formoso equivale a quase 40% do estado de Sergipe, terras com vários estudos, super férteis. Claro, que não dispomos de água, mas há água no subsolo, as pessoas furam o poço, que já é um problema!

Lá em Irecê todos tem conhecimento que devido à extração da água sem controle, já secaram várias localidades, na região que eu já representei de Presidente Dutra lá que vários tinham fazendas de pinhas, a maioria das fazendas já foram abandonadas por falta de água, e muitos desses irrigadores estão se dirigindo a Campo Formoso, furando 20 poços, 30 poços. Imagine numa fazenda de uma determinada área para irrigar para o plantio de tomate, melão, cebola.

E a maioria dos vizinhos, deputado Paulo Câmara, pela falta de chuvas e vendo o vizinho produzir, se desenvolver, ganhar dinheiro, todo mundo está plantando, praticamente, todo mundo está furando poço.

Então, nós temos aí dois problemas gravíssimos só nessa área. Primeiro, se fazendo poço sem controle, eu estive com o secretário de meio ambiente falando de um problema futuro já que, só Deus sabe o que está no subsolo em termos de água e vejam o que falei da região de Irecê onde já foram abandonadas várias áreas por falta de água. Então, o nosso receio é que a falta de controle na perfuração de milhares de poços, acabe se tornando um problema grave. Nós temos hoje, deputado Paulo, uma localidade de uns 3.000 habitantes, chamada São Tomé, que conseguiu, há 40 anos um sistema de água que pela primeira vez secou. Depois de 40 anos, chamada São Tomé. Conseguimos outro poço agora de quase 200 metros com a vazão mínima. Fora isso, tem o problema da água com perfuração indiscriminada, sem controle.

E por outro lado tem um problema mais grave. A quantidade, deputado Targino, V. Ex.^a que é da área médica, de pessoas que estão contraindo câncer, não sei se o termo é contrair câncer, mas seguramente estão com problemas certos para estarem com câncer daqui a pouco tempo. V. Ex.^a pergunta por quê? Porque, deputado Samuel, todos esses irrigadores, com o desemprego que grassa no Brasil, no interior da Bahia, onde não é diferente, as pessoas se submetem a qualquer tipo de trabalho, só que essas

pessoas... essas culturas todas só funcionam através de veneno, é veneno diariamente sendo borrifado no tomate, no pimentão, no morango...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e por aí vai, sem proteção nenhuma, veja a gravidade.

Então, milhares de pessoas inalando venenos diariamente, todos os dias. O que vai acontecer é uma tragédia anunciada, que deve estar acontecendo em várias localidades do nosso país, mas hoje eu estou falando pela minha querida Campo Formoso. Então são tantos problemas que nós temos, que o governo tem que resolver esse é mais um gravíssimo. E aí cada vez mais o Aristides Maltez e outros sendo lotados, sendo procurados pela quantidade... deputado Alan, V. Ex.^a que também é da área médica, de pessoas... vou concluir, Sr. Presidente, de pessoas que estão contraindo, que vão ficar com câncer essa doença terrível que normalmente não tem solução.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado. Com a palavra, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente, queria saudar todos os colegas deputados e deputadas, presentes aqui nesta sessão e cidadãos que nos acompanham. Bem, nós fomos surpreendidos, a Bahia, o cidadão, os cidadãos baianos foram surpreendidos com a notícia de que agora o governo do estado quer, possivelmente, no futuro taxar a água que se retira desses poços artesianos.

Eu aprendi que as pessoas que são... existem alguns ditados que chamam cavalo do cão, quem é retado, que se acha muito poderoso, a gente chama de cavalo do cão, mas eu tenho certeza de que o Sr. Governador não será cavalo do cão. Apesar de toda fortaleza que é o governador Rui Costa, ele não terá condição de manter esse absurdo que é esse decreto, de que vai... Primeiro, ele quer colocar um registro para saber a quantidade de água que está se gastando em cada poço, para depois, o futuro disso, deputado Tiago, deputado Laerte, é taxar e cobrar a água de quem já não tem.

Aí eu digo: aquele projeto que tinha, deputado Adolfo, o Água Para Todos, era água para todos para poder, agora, ser cobrada? Cobrar de quem menos tem? Eu espero, deputado Adolfo Menezes, que V. Ex.^a, com o seu discurso, com a sua vontade, com a justiça que tem, essa justiça social que tanto o já colocou aqui nesta Casa, por mais de quatro mandatos, que honrou o seu irmão Herculano, a quem V. Ex.^a vem sucedendo muito bem, que V. Ex.^a consiga fazer com que o governador faça justiça com as pessoas.

Não é possível que tenha tamanha mesquinhez para meter a mão no bolso do mais fraco, de quem mantém essa roda, esse desenvolvimento, na nossa Bahia, que é a agricultura, que ele queira meter a mão, agora, no bolso de quem menos tem condição.

Eu tenho certeza que todos dizem que ele é muito retado, que é igual a um cavalo do cão. Ele não o será nessa situação porque não terá condição. Não é possível que durante a eleição, como candidato, uma pessoa tenha colocado “Sou morador da Liberdade, minha mãe era uma pessoa que não tinha condições, que dizia ‘Vá estudar!’”, não é possível que o governador tenha estudado, para querer, agora, cobrar de quem menos tem. Cobrar pela água? Água na zona rural? Uma coisa que eu não imaginava que alguém pudesse sonhar é que fosse querer cobrar pela água, tentar

cobrar do pobre agricultor pela água que ele está retirando com os seus esforços, porque ele pagou para perfurar aquele poço.

Falando isso nos meus minutos restantes, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: eu não sei o que o governo do estado está fazendo com essas estradas, de que forma estão sendo feitas. Eu tenho ali, de São Felipe para Conceição do Almeida, uma estrada... Agora, a entrada de Conceição do Almeida – deputado Targino conhece muito bem –, esse pedaço, parece que vai ficar muito boa, mas o que foi feito, deputado Eduardo Alencar, de Conceição do Almeida a São Felipe não tem 6 meses que foi entregue, e está cheio, cheio, cheio de perfurações.

Mas se V. Ex.^{as} quiserem outro exemplo, eu posso dar: de Santo Antônio de Jesus a Amargosa parece brincadeira, já está em franca recuperação, ou seja, cheia de tapa-buracos, aquela região. Eu passei esta semana, indo para Amargosa, principalmente no trecho até Varzedo você não consegue andar sem desviar de um buraco. Eu não sei o que é que estão fazendo com os recursos da nossa Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com relação às estradas.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Capitão Alden.

O Sr. Capitão Alden: Senhoras e senhores, muito boa tarde a todos e a todas, mais uma vez venho a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos que não foi possível fazer na minha última passagem aqui na tribuna.

Nos idos de 2014, ainda durante o período do movimento paredista da Polícia Militar da Bahia, foi montado um grupo de trabalho onde, neste grupo de trabalho, estavam presentes, compunham este grupo de trabalho, policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e representantes das associações representativas. Após um amplo estudo de quase 3 meses, foram apresentadas algumas propostas, algumas sugestões, no sentido de permitir o direcionamento, para o governador do estado, do melhor caminho a ser seguido para se fazer as alterações no Estatuto da PM que poderiam, naquele momento, pôr fim ao movimento paredista.

Infelizmente, após meses de negociação e reunião, todos os projetos, todas as ações que foram propostas pelo grupo de trabalho foram desfeitas. O governador do estado e o próprio secretário de Segurança Pública, de uma maneira incompreensiva, desconsiderou as posições que foram colocadas pelo grupo de trabalho, e até hoje nós vivenciamos um momento em que nenhum acordo foi cumprido.

Essa confusão que a gente está vivendo hoje com relação à possível perda do posto imediato dos policiais militares foi algo que foi construído, inclusive... A solução foi construída na época do grupo de trabalho, foi prevista no grupo de trabalho a possibilidade de inclusão, no Estatuto da PM, da reserva requerida ou da reserva a pedido.

Em outros 17 estados da Federação, já existe esse princípio, essa possibilidade de reserva requerida, onde o policial militar, ainda estando na ativa, faz a solicitação da reserva. Ele, preenchendo os pré-requisitos para ir para a reserva, uma vez solicitando, ele é promovido automaticamente, passa um período naquele posto de

graduação e vai para a reserva remunerada com os proventos integrais daquele último cargo que ocupou durante a atividade.

Isso não acontece hoje. A lei prevê, o estatuto prevê, que ele terá os proventos da inatividade em um posto acima. Ele solicita a reserva, vai para a reserva remunerada e, estando na inatividade, percebe os proventos do posto imediato. Ou seja, ele não contribui em nenhum momento da sua vida profissional com o imposto relacionado ao cargo ou função que ele estaria ocupando na ativa. Então isso muitas vezes gera uma incoerência na arrecadação dos valores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e aí surge a possibilidade de não ter recursos para o pagamento do Funprev.

Então, basicamente, essa é a orientação que a gente tem dado para os policiais: incentivar através das mídias sociais, através das redes, a sensibilização do governador para que ele inclua no projeto de lei a ser enviado para esta Casa a possibilidade de incluir no estatuto a reserva a pedido ou a reserva requerida, o requerimento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso vai solucionar o problema.

Temos o prazer de anunciar que na próxima quinta-feira vai acontecer em Brasília a convenção nacional do Partido Aliança Pelo Brasil. O nosso presidente Jair Messias Bolsonaro já anunciou de forma oficial a sua ida para este novo partido, e na quinta-feira, às 10h da manhã, em Brasília, acontecerá a I Convenção Nacional do Partido Aliança pelo Brasil.

Estamos apenas aguardando as orientações da nacional no que tange ao processo de criação do partido. E, uma vez feita esta criação, aguardaremos o período que a própria legislação federal impõe, abrindo-se a janela para que se possa fazer a migração de partido. Vamos aguardar as informações da nacional e logo em breve estaremos anunciando aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Muito obrigado, deputado.

Não havendo quórum regimental, declaro encerrada a sessão, convocando uma para amanhã, em horário regimental.

Muito obrigado a todos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.